



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

DESLOCAÇÃO

**“Fazer funcionar o mercado interno dos serviços:
Situação actual e desafios a enfrentar”**

Bruxelas, 27/04/2010

RELATÓRIO

Deputado Carlos São Martinho (GP-PSD)

Enquadramento

Esta deslocação ocorreu a convite do presidente da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores do Parlamento Europeu para participar numa reunião inter-parlamentar daquela Comissão com os Parlamentos Nacionais dos países da UE-27. O tema da reunião "Fazer funcionar o mercado interno: situação actual e desafios a enfrentar" enquadra-se na Directiva 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, relativa aos Serviços do Mercado Interno.

A Comunidade Europeia pretende estabelecer laços cada vez mais estreitos entre os Estados e os povos europeus e garantir o progresso económico e social. O mercado interno compreende um espaço sem fronteiras internas no qual é assegurada a liberdade de estabelecimento e o direito de prestar serviços na Comunidade.

A eliminação dos entraves ao desenvolvimento das actividades de serviços entre Estados-Membros é essencial para reforçar a integração entre os povos europeus e para promover o progresso económico e social equilibrado e duradouro.

Um mercado de serviços competitivo é essencial para promover o crescimento económico e a criação de emprego na UE. Um grande número de entraves no mercado interno, nomeadamente restrições à prestação de serviços transfronteiras e uma menor transparência em matéria de informação aos consumidores, impede muitos prestadores, especialmente PME, de se expandirem para além das fronteiras nacionais e de beneficiarem plenamente do mercado interno, o que enfraquece a competitividade a nível mundial dos prestadores de serviços da UE.

Atendendo a que os serviços são o motor de crescimento económico e representam 70% do PIB e dos empregos na maioria dos Estados-Membros, essa fragmentação do mercado interno tem um impacto negativo no conjunto da economia europeia nomeadamente na competitividade das PME e na circulação de trabalhadores, impedindo os consumidores de terem acesso a uma maior escolha de serviços a preços competitivos.

Daí a urgência em transpor para as legislações nacionais o conteúdo da Directiva 2006/123/EC.

Segundo o Comissário Barnier, se a Directiva for devidamente transposta haverá uma poupança de 60 a 140 mil milhões de euros, isto é, cerca de 1,5% do PIB da União Europeia.

No entanto, a transposição desta Directiva não se está a revelar nada fácil, estando os diversos países em fases muito diferentes na transposição.

O que foi concretizado?

A revisão do quadro legislativo aplicável ao sector dos serviços abrangido pela Directiva

Os Estados Membros tiveram de identificar e avaliar os requisitos para o estabelecimento de fornecedores de serviços e para o fornecimento internacional dos seus serviços. Esta revisão da legislação requereu esforços de coordenação sem precedentes por parte dos Estados Membros - entre os diferentes departamentos, bem como aos níveis central, regional e local das administrações nacionais. O objectivo primário era o da simplificação dos requisitos que se mostravam onerosos e modificar ou abolir aqueles que se mostravam injustificados, discriminatórios ou desproporcionados.

Quase todos os Estados Membros finalizaram a análise dos seus quadros legislativos. Os resultados foram enviados à Comissão por via electrónica.

Para dar ideia da quantidade de informação recebida: no total, os Estados Membros enviaram cerca de 16000 requisitos impostos aquando do estabelecimento de fornecedores de serviços (esquemas de autorização e outros requisitos) e mais de 19000 requisitos impostos na prestação de serviços além fronteiras. Este cenário do estado do Mercado Interno para o sector dos serviços será objecto de análise e irá constituir a base para o "exercício de avaliação mútuo" a realizar em 2010, tal como previsto na Directiva.

Esta análise irá permitir a obtenção de uma base factual para a análise de futuras incitativas regulamentares.

Um resultado já hoje tangível do processo de análise é o efeito de "mercado interno" que criou nos Estados Membros: este processo forçou todos os envolvidos - seja a nível central, regional ou local - a olhar para as suas leis numa perspectiva de "mercado interno" aquando da análise da sua regulamentação actual.

Adopção de medidas de implementação de legislação

Os Estados Membros deveriam implementar os princípios e obrigações gerais estabelecidos na Directiva de Serviços.

A maior parte dos Estados Membros fê-lo através da adopção de uma lei horizontal. Uma alternativa, numa abordagem igualmente válida, é a implementação de diferentes regulamentações (sejam elas de natureza transversal ou sectorial).

Além disso, no seguimento da revisão das legislações actuais, todos os Estados Membros necessitaram de modificar ou abolir leis e regulamentações por forma a assegurar a conformidade com a Directiva.

Legislação Horizontal:

13 Estados Membros adoptaram já a sua legislação horizontal; em 10 Estados Membros a Legislação encontra-se em discussão no Parlamento;

2 Estados Membros: Portugal e Irlanda não terminaram ainda a elaboração dos seus projectos de legislação.

Legislação Específica:

8 Estados Membros concluíram a adopção das mudanças sectoriais de legislação.

2 Estados Membros: Espanha e Alemanha, quase finalizaram o processo de adopção das mudanças sectoriais. França e Reino Unido têm ainda algumas propostas à espera de aprovação nos seus parlamentos.

5 Estados Membros têm quase prontos para aprovação parlamentar os seus projectos de alteração.

Em 9 Estados Membros, Áustria, Chipre, Finlândia, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Portugal, Roménia e Eslovénia, a elaboração das propostas de alteração necessárias encontra-se significativamente atrasada.

O Estabelecimento dos Balcões Únicos

Os Estados Membros deveriam estabelecer os Balcões Únicos para facilitar a vida às PME's nos seus processos administrativos do dia-a-dia. Os desafios a nível técnico e organizacional envolvidos no estabelecimento dos Balcões Únicos são significativos. Os Estados Membros necessitaram garantir que, desde o final de 2009, os fornecedores de serviços consigam obter toda a informação relevante e completar os procedimentos administrativos necessários através de um Balcão Único sem terem de contactar todo um rol de serviços de administração e organizações profissionais.

Os Estados Membros deveriam garantir a realização destes procedimentos, se possível, por via electrónica e de forma transfronteiriça.

Neste momento:

Uma primeira geração de Balcões Únicos está já disponível em 21 Estados Membros.

Em 14 Estados Membros, os Balcões Únicos permitem já, a diferentes níveis de implementação, a elaboração on-line de procedimentos.

A Comissão estabeleceu um portal que permite às empresas a identificação fácil dos Balcões Únicos de todos os Estados Membros.

Um trabalho significativo foi levado a cabo pelos Estados Membros para facilitar o acesso internacional aos procedimentos electrónicos dos Balcões Únicos.

Entre diversos Estados Membros, surgiu um forte sentido de cooperação: desenvolveu-se uma denominação e logótipos comuns e estabeleceram "avaliações mútuas" dos seus Balcões Únicos.

Um grande número de Estados Membros decidiu facilitar a informação disponível nos portais em linha dos seus Balcões Únicos em idiomas diferentes do seu. É aconselhável disponibilizar pelo menos dois idiomas além do nacional.

O que está por fazer? Acções prioritárias e próximos passos

- Finalização da análise da legislação dos países onde isso ainda não foi feito - Grécia e Eslovénia. Este é um pré-requisito para identificar as mudanças necessárias na legislação existente, sendo também essencial para o processo da avaliação mútua.
- Nos casos da Irlanda e de Portugal, é essencial a finalização dos projectos das leis horizontais. É igualmente urgente finalizar a elaboração dos projectos de alteração à legislação existente nos casos da Áustria, Chipre, Finlândia, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Portugal, Roménia e Eslovénia.
- Considera-se ainda urgente o trabalho nos Balcões Únicos nos países onde estes ainda não existem ou onde as suas funções são claramente insuficientes (Grécia, Itália, Polónia, Eslováquia, Roménia e Eslovénia). Da mesma forma, a maior parte dos Estados Membros deve intensificar esforços de modo a permitir a realização de todos os procedimentos e formalidades através dos Balcões Únicos.

Segundo a Nota Informativa enviada pela Comissão ao Conselho Europeu:

A Comissão irá continuar a trabalhar com os Estados Membros em questões-chave como seja o desenvolvimento dos Balcões Únicos, o levantamento de barreiras ao uso de procedimentos electrónicos em processos transfronteiriços e o uso do Sistema de Informação do Mercado Interno para cumprir as obrigações de cooperação administrativa da Directiva.

Ainda assim, deve ser claro que, em última instância, a responsabilidade de uma implementação correcta e atempada da Directiva de Serviços é dos Estados Membros e que a Comissão não se coibirá de tomar as medidas necessárias para garantir o sucesso e a qualidade da sua implementação.

A Comissão irá também aproveitar na íntegra o "processo de avaliação mútua de 2010" previsto na Directiva. No decorrer desse processo, já em curso, os Estados Membros e a Comissão irão analisar os resultados das revisões e mudanças de legislação levadas a cabo para a implementação da Directiva. As partes envolvidas serão também consultadas. O objectivo deste exercício inovador será a criação de um processo transparente, de partilha das melhores práticas e análise da necessidade de iniciativas futuras.

Como previsto na Directiva, a Comissão irá enviar, no fim do ano de 2010, um relatório sobre os resultados do "processo de avaliação mútua" ao Conselho e ao Parlamento Europeu.

1. Programa

- Sessão de Abertura pelo Presidente da Comissão, Sr. Harbour Malcolm.
- Comentários sobre o relatório da Directiva 2006/123/CE, pela Sr^a Gebhardt Evelyne.

Sessão I – "Remover barreiras para a entrada no mercado"

Sessão II – "Pontos de Contacto Único"

Sessão III – "O alcance da Directiva 2006/123/CE e suas excepções"

- Intervenção do Comissário Europeu do Mercado Interno e dos Serviços, Sr. Michel Barnier.
- Encerramento dos trabalhos pelo Presidente, Sr. Harbour Malcolm.

2. Opinião do relator

Os Parlamentos Nacionais, como órgãos políticos, devem ser parceiros do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia na sensibilização junto dos Governos Nacionais para a necessidade urgente da implementação desta Directiva, tão importante para o Mercado Interno.

3. Considerações Finais

É necessário e urgente promover uma campanha de informação junto das PME's e prestadores de serviços.

Está a ser ultimado o logótipo e a sua apresentação pode ser o início de uma campanha a nível europeu.

O Deputado



Carlos São Martinho

4. Anexos

1. Programa
2. Lista de Participantes

DRAFT PROGRAMME

Inter-Parliamentary Committee Meeting of the Committee on the Internal Market and Consumer Protection with the National Parliaments on

MAKING THE INTERNAL MARKET FOR SERVICES WORK: STATE OF PLAY AND CHALLENGES AHEAD

Tuesday 27 April 2010 from 15:00 to 18:30

European Parliament, Brussels

Room: JAN 4Q1

(Listening room ASP 1G3)

Opening Session: 15.00-15.20

Opening Remarks by the Chair, Mr. Harbour

Comments by the former Rapporteur of the Directive 2006/123/EC, Mrs. Gebhardt

Session I: 15.20 - 16.20

"Screening" - Removing barriers to market entry

Debate with Members of the European Parliament and Members of national parliaments, including presentations by national parliament representatives, on the following questions:

- How far did the Member States get with the screening?
- Do the Member States consider that barriers within the Single Market have been removed? What are the domains in which an improvement is still necessary?
- How did the Member States involve stakeholders (unions, social federations, service providers)?
- What level of support did the Member States receive from the Commission during the implementation process?

* * *

Session II: 16.20 - 17.20

Points of Single Contact

Debate with Members of the European Parliament and Members of national parliaments, including presentations by national parliament representatives, on the following questions:

- How were the Single Contact Points set up?
- What is their role? Rather informative or rather a support in administrative tasks?
- What level of coordination exists between the Member States in relation to Single Contact Points?

DRAFT PROGRAMME

Inter-Parliamentary Committee Meeting of the Committee on the Internal Market and Consumer Protection with the National Parliaments on

MAKING THE INTERNAL MARKET FOR SERVICES WORK: STATE OF PLAY AND CHALLENGES AHEAD

Tuesday 27 April 2010 from 15:00 to 18:30

European Parliament, Brussels

Room: JAN 4Q1

(Listening room ASP 1G3)

Opening Session: 15.00-15.20

Opening Remarks by the Chair, Mr. Harbour

Comments by the former Rapporteur of the Directive 2006/123/EC, Mrs. Gebhardt

Session I: 15.20 - 16.20

"Screening" - Removing barriers to market entry

Debate with Members of the European Parliament and Members of national parliaments, including presentations by national parliament representatives, on the following questions:

- How far did the Member States get with the screening?
- Do the Member States consider that barriers within the Single Market have been removed? What are the domains in which an improvement is still necessary?
- How did the Member States involve stakeholders (unions, social federations, service providers)?
- What level of support did the Member States receive from the Commission during the implementation process?

* * *

Session II: 16.20 - 17.20

Points of Single Contact

Debate with Members of the European Parliament and Members of national parliaments, including presentations by national parliament representatives, on the following questions:

- How were the Single Contact Points set up?
- What is their role? Rather informative or rather a support in administrative tasks?
- What level of coordination exists between the Member States in relation to Single Contact Points?

* * *

Session III: 17.20-18.05

The scope of the Directive 2006/123/EC and its exemptions

Debate with Members of the European Parliament and Members of national parliaments, including presentations by national parliament representatives, on the following question:

- Did the Member States encounter difficulties in transposing the Directive with regard to the exemptions mentioned in Article 2 of the Directive?

* * *

18.05 - 18.30 Intervention and closing remarks

- Intervention by the European Commissioner for Internal Market and Services, Mr. Michel Barnier
- Closing Remarks by the coordinators
- Closing Remarks by the Chair, Mr. Harbour



EUROPÄISCHES PARLAMENT EUROOPA PARLAMENT ΕΥΡΩΠΑΪΚΟ ΚΟΙΝΟΒΟΥΛΙΟ EUROPEAN PARLIAMENT
PARLEMENT EUROPÉEN PARLAIMINT NA HEORPA PARLAMENTO EUROPEO EIROPAS PARLAMENTS
EUROPOS PARLAMENTAS EURÓPAI PARLAMENT IL-PARLAMENT EWROPEW EUROPEES PARLEMENT
PARLAMENT EUROPEJSKI PARLAMENTO EUROPEU PARLAMENTUL EUROPEAN
EURÓPSKY PARLAMENT EVROPSKI PARLAMENT EUROOPAN PARLAMENTTI EUROPAPARLAMENTET

Directorate-General for the Presidency
Directorate for Relations with National Parliament
Legislative Dialogue Unit

*Interparliamentary Committee meeting organised by the
Committee on the Internal Market and Consumer Protection*

on

***MAKING THE INTERNAL MARKET FOR SERVICES WORK:
STATE OF PLAY AND CHALLENGES AHEAD***

József Antall (JAN) building, Room 4Q1
European Parliament, Brussels

Tuesday, 27 April 2010, 15h00 - 18h30

List of Participants - National Parliaments

BELGIUM - KAMER/CHAMBRE

Mr Herman DE CROO	Member/Minister of State, Chairman, Advisory Committee on European Affairs
Mrs Katrien PARTYKA	Member, Committee on the Economy, Scientific Policy, Education, Scientific and National Cultural Institutions, Small Firms & Traders, and Agriculture
Mrs Sofie STAELRAEVE	Member, Committee on the Economy, Scientific Policy, Education, Scientific and National Cultural Institutions, Small Firms & Traders, and Agriculture

Mr Roeland JANSOONE **Adviser**

CZECH REPUBLIC - SENÁT

Mr Luděk SEFZIG	Chairman, EU Affairs Committee
Mr Jiri KAUTSKY	Staff of the EU Unit
Ms. Vitezslava FRICOVA	National Parliament Representative to the EU

FRANCE - ASSEMBLÉE NATIONALE

Mr Robert LECOUC	Member, European Affairs Committee
Mr Frank BARON	National Parliament Representative to the EU

GREECE - VOULI TON ELLINON

Ms Afroditi PAPATHANASI	Member, Standing Committee on Economic Affairs
Ms Ioanna PANTELAIIOU	Consultant

ITALY - SENATO

Mr Francesco CASOLI	Member, Industry, Trade and Tourism Committee
Mr Stefano PEDICA	Vice Chair, EU Policies Committee

Mr Davide CAPUANO	Official, Inter Parliamentary Relations Office
Ms Beatrice GIANANI	National Parliament Representative to the EU
Ms Elisabetta MARTINI	Assistant to the National Parliament Representative

LITHUANIA - SEIMAS

Ms Živilė PAVILONYTĖ	National Parliament Representative to the EU
-----------------------------	---

MALTA - KAMRA tad - DEPUTATI

Hon. David AGIUS	Member, House Business Committee
Hon. Silvio PARNIS	Member, Main Opposition Spokesperson for Consumer Protection

NETHERLANDS - TWEEDE KAMER

Mrs Sharon GESTHUIZEN	Member, Standing Committee for Economic Affairs
------------------------------	--

Mrs Jolanda TERPSTRA	Deputy clerk, European Affairs
-----------------------------	---------------------------------------

NORWAY- STORTINGET

Ms Else-May BOTTEN	Member, Standing Committee on Business and Industry
Mr Svein Roald HANSEN	Member, Second Vice Chair, Standing Committee on Foreign Affairs and Defence
Mr Harald Tom NESVIK	Member, Second Vice Chair, Standing Committee on Business and Industry

Ms Hanne MORK	Project Adviser, International Secretariat Stortinget
----------------------	--

POLAND - SEJM

Mr Pawel PONCYLJUSZ	Member, Economy Committee
----------------------------	----------------------------------

Ms Magdalena SKRZYNSKA **National Parliament Representative to the EU**

POLAND - SENAT

Mr Grzegorz BANAS	Member, National Economy Committee
--------------------------	---

Mr Jerzy CHRÓŚCIKOWSKI	Chair, Agriculture and Rural Development Committee
-------------------------------	---

Ms Magdalena SKULIMOWSKA **National Parliament Representative to the EU**

PORTUGAL - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Mr Carlos SÃO MARTINHO	Member, Committee on Economic Affairs, Innovation and Energy
-------------------------------	---

Mrs Teresa VENDA	Member, Committee on Economic Affairs, Innovation and Energy
-------------------------	---

Mrs Maria Teresa PAULO **National Parliament Representative to the EU**

ROMANIA - SENAT

Mr. Liviu-Titus PAŞCA	Member, Economic Affairs, Industry and Services Committee
------------------------------	--

Ms Gabriela CRETU **National Parliament Representative to the EU**

SWEDEN - RIKSDAGEN

Mrs Eva-Lena JANSSON	Member, Committee on Industry and Trade
-----------------------------	--

Mrs Marie WEIBULL KORNIAŠ	Member, Committee on Industry and Trade
----------------------------------	--